

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº DE 2011
(Do Sr. Luis Carlos Heinze)

Requer seja realizada reunião de audiência pública em conjunto com as comissões de Viação e Transportes e da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para debater o abandono das estradas ferroviárias do país.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requieiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as comissões de Viação e Transportes desta Casa e de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para debater o abandono das estradas ferroviárias do país.

Sugiro sejam convidados o ministro de Transportes, Paulo Sérgio Oliveira Passos, representantes da Procuradoria Geral da República - PGR, Tribunal de Contas da União- TCU, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT, diretores da concessionária América Latina Logística – ALL.

Justificativa

Em junho de 2011 os procuradores da República, Thiago Lacerda Nobre, Lara Marina Zanela Martinez Caro, Harold Hoppe e Osmar Veronese e o Subprocurador-Geral da República, Antônio Fonseca, formularam uma representação contra a União e denunciaram a dilapidação do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal S/A.

Segundo o estudo, são inúmeros e recorrentes os casos de destruição do bem público pelas concessionárias do serviço de transporte ferroviário de cargas. Os procuradores afirmam que os contratos de concessão/arrendamento são sistematicamente descumpridos pelas concessionárias que não cumprem as cláusulas contratuais a que se obrigaram há mais de uma década; prestam serviço público de transporte ferroviário em absoluta dissonância com as regras pactuadas com o Estado, constituindo flagrante violação à Lei de Concessões e à Constituição Federal. E o mais grave: afirmam que o Poder Concedente silencia e omite-se de forma inaceitável e que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) não se tem desincumbido a contento de sua tarefa de regulação e fiscalização.

Os procuradores ressaltam que os leilões foram realizados entre os anos de 1996 e 1998 e que o Estado entregou à iniciativa privada aproximadamente 28 mil quilômetros de estradas de ferro (estrutura e superestrutura). Desses, cerca de 16 mil quilômetros foram abandonados unilateralmente pelas concessionárias, ao arrepio da legislação e dos contratos de concessão. O prejuízo ao Erário daí advindo pode ser estimado em mais de R\$ 40 (quarenta) bilhões. No Rio Grande do Sul, por exemplo, a América Latina Logística S.A. (ALL) recebeu 3.242 quilômetros, dos quais, 1.025 se encontram abandonados e sujeitos à

depredação, furtos e canibalização pela própria concessionária. Por consequência, mais de 30% das ferrovias não são utilizadas.

As denúncias apontadas pela Procuradoria Geral da República - 3ª Câmara de Coordenação e Revisão – são graves e precisam ser esclarecidas. Por isso, estou convicto da aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2011

LUIS CARLOS HEINZE
Deputado Federal PP/RS